

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXV - Nº 6234 - SEGUNDA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2018



BANCOS LUCRAM R\$ 41 BI, MAS DESLIGAM 24 MIL

Independentemente do cenário político do Brasil, não há como suportar e permitir que continue a política perversa dos bancos que, quanto mais lucram, mais reduzem os postos de trabalho.

O setor disparadamente mais lucrativo da economia nacional precisa assumir a responsabilidade social que lhe cabe em uma democracia, de contribuir para o bem estar da sociedade.

Apesar do lucro de R\$ 41,9 bilhões, as empresas demitiram 24.025 bancários nos nove primeiros meses de 2018, segundo análise feita pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), com base nas informações do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O que é inconcebível.

No mesmo período - de janeiro a setembro - os bancos eliminaram 22.284 vagas, restando um saldo negativo de 1.741 postos em todo o país.



A preferência na hora de contratar é por pessoas mais novas. A concentração de admissões se dá nas faixas etárias até 29 anos (67,8%), em especial entre 18 e 24 anos (40,8%). Ao todo, foram criadas 8.526 vagas com este perfil.

O saldo é negativo quando se trata das pessoas acima de 30 anos. Foram 10.267 postos eliminados. Destaque também para a faixa de 50 a 64 anos, com fechamento de 4.920 postos.

Diante dos dados e da farrá do sistema financeiro que, apesar de lucrativo, não tem qualquer responsabilidade social, o novo governo tem de ter o compromisso de estancar essa sangria. Chega de demissões. (SBBA)

PRIMEIRO DEMITEM E SUCATEIAM. DEPOIS PRIVATIZAM!

O Brasil hoje tem menos servidores públicos do que países desenvolvidos, afirma OCDE (Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico). A cada 100 trabalhadores brasileiros, 12 são servidores públicos. A média é a mesma verificada nos demais países da América Latina.

Nos países de primeiro mundo costuma ser o dobro. São, em média, 21 funcionários públicos para cada 100 empregados.

Em alguns países chega até ser mais de um terço da população empregada no serviço público. Desde dezembro de 2015 até junho de 2018, o Banco do Brasil demitiu



11,516 funcionários. A Caixa outros 11.034.

O resultado é sentido nas agências lotadas. Sofre o cliente e também o trabalhador que fica sobrecarregado. Embora os neoliberais defendam a privatização, os bancos públicos são essenciais para o país. São responsáveis por aumentar a concorrência no setor financeiro, de forma que beneficie o cidadão. (SBBA)

BANCO DO BRASIL QUER MUDAR ESTATUTO DA PREVI



Está em discussão mudanças no estatuto da Previ. O Banco do Brasil quer, como patrocinador, indicar aposentados para os órgãos diretivos da Caixa de Previdência. A afirmação foi dada pelo presidente do BB, Paulo Caffarelli, e reiterada em comunicado interno divulgado para os funcionários.

O documento reforça que, se a medida for implementada, ainda permitirá que a empresa possa aproveitar a capacitação e experiência de profissionais que acumularam conhecimento para contribuir na gestão da Previ. Segundo a nota, este é o caso dos associados que integram o Plano 1 da entidade, quando se aposentarem.

No estatuto vigente, somente empregados da ativa podem ser indicados pelo Banco do Brasil, que tem três representantes eleitos pelos participantes e três indicados pela empresa. Também podem ser eleitos pelos participantes, os funcionários da ativa e aposentados para os conselhos e diretoria da entidade.

Mas, para serem realizadas mudanças no estatuto da Caixa de Previdência, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da Previ devem aprová-las. Além disso, devem passar pelos órgãos de controle e fiscalização, como a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e o Dest (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais).

Fonte: SBBA

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: LIVIA

Tarde: EVERILDO



ELEIÇÕES 2018**DEMOCRACIA AMEAÇADA: TRABALHADORES PAGARÃO A CONTA**

Bolsonaro chega à Presidência da República com um programa de governo absolutamente entreguista, que pode resultar na alienação do que há de mais valioso do patrimônio nacional acumulado num processo histórico que possibilitou ao país criar as bases da sua soberania. Com um discurso demagógico, elaborado sob medida para passar uma imagem falaciosa das empresas estatais, ele chegou a prometer a entrega da Petrobras, o principal ícone da existência do Brasil como nação independente.

Desse programa, que fica muito bem caracterizado como ultraliberal e neocolonial, resulta uma agenda que tem em mira varrer as estatais estratégicas do território nacional. Isso significa que as riquezas do país, em especial o pré-sal, não seriam mais controlados por mãos brasileiras. Consequentemente, os benefícios de um imenso patrimônio, que deve servir de base para um projeto de nação com desenvolvimento e progresso social, passariam às mãos dos grandes grupos movidos à ganância e aos saques das nações nas quais contam com governo aliados.

Entram nesse cálculo, também, um gigantesco potencial de força de trabalho, que o programa de governo de Bolsonaro anuncia como totalmente desprovido de proteção social. Por ele, o que resta da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) seria banido, um aprofundamento da “reforma” trabalhista que o governo do presidente usurpador Michel Temer impôs, sem a anuência do povo, uma vez que ele foi entronizado no poder por um golpe contra as instituições democráticas e a soberania do voto. O mesmo destino está anunciado para a Previdência Social, que seria totalmente liquidada. Nesse cômputo está também a Emenda Constitucional nº 95, que na prática desmonta os serviços públicos e debilita o Estado nacional, retirando dele a capacidade de planejar e impulsionar o desenvolvimento.

Há ainda o anunciado ataque às instituições democráticas que resultaram de um longo processo de lutas para a formação do arcabouço do Estado Democrático de Direito. Sem essa premissa, o que sobra é o arbítrio e a violência, exatamente o que Bolsonaro e seu séquito pregaram o tempo todo. A legalidade democrática é a garantia de que a sociedade será respeitada e terá assegurada os canais para a sua participação na institucionalidade do Estado. O governo Bolsonaro, promete, sem meias palavras, fechar todos esses espaços de participação popular. Mais do que isso: promete criminalizar os movimentos sociais.

O desenho que se revela no novo governo, ao se fazer essa radiografia, é o de um Estado de feição ditatorial, com mordanças como instrumentos de poder. Ou por outra: no lugar do Estado Democrático de Direito entra um agrupamento com poderes discricionários para tutelar a vida da sociedade. Por esse conceito, está em risco, a liberdade de imprensa, de manifestação e de organização partidária, garantias do exercício de direitos democráticos.

Esse retrocesso anunciado pelo governo Bolsonaro tem grandes extensão e profundidade. Atinge, além da soberania nacional, a estrutura do Estado Democrático de Direito. É um ataque em grande escala ao que foi conquistado com a Revolução de 1930, com a Constituição de 1946 que pôs fim ao arbítrio do Estado Novo e com a Constituição de 1988, que também encerrou outro período autoritário e violento, o regime militar de 1964.

Mas que se diga: não será fácil Bolsonaro enterrar a democracia brasileira. A campanha da reta final da chapa Haddad-Manuela levantou a consciência democrática da nação. Contingentes expressivos da sociedade brasileira estão em estado de alerta. A luz amarela está acesa. A democracia está em risco, mas poderá se erguer uma barreira, constituída por amplas forças políticas e sociais para impedir que se instaure um regime de Estado de exceção.